

# Sumário

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 1  |
| Capítulo 1 – Consórcios Públicos no Ordenamento Jurídico no Contexto do Federalismo Brasileiro: papel dos municípios e a cooperação na prestação do serviço público de saneamento básico.....  | 13 |
| 1.1 A busca do Estado brasileiro por uma Administração Pública Eficiente.....  | 13 |
| 1.2 O Federalismo no Brasil: papel dos municípios na prestação do serviço público de saneamento básico .....   | 24 |
| 1.3 As Políticas Públicas como atividade administrativa descentralizada dos Municípios: utilidade dos nudges na concretização das políticas públicas de saneamento básico no Brasil .....  | 40 |
| 1.4 A Natureza jurídica dos consórcios públicos no direito brasileiro: Formação dos Consórcios Públicos no Brasil como descentralização administrativa e interação com a estrutura orgânica da Administração Pública dos entes Consorciados..... | 51 |
| Capítulo 2 – Consórcios Públicos na Área de Saneamento Básico no Brasil ...  | 65 |
| 2.1 Consórcios instituídos no Brasil na área de saneamento básico: análise dos consórcios instituídos no panorama nacional .....   | 66 |
| 2.2 Indicadores econômicos e sociais: Diagnóstico do saneamento básico no Brasil, a partir das bases de dados de órgãos governamentais.....  | 74 |
| 2.3 Análise do Consórcio Regional de Saneamento do Sul do Piauí: primeiro consórcio de Saneamento Básico do Brasil.....  | 85 |
| 2.4 Tipos de Consórcios Públicos na área de saneamento básico .....  | 96 |

|   |     |
|---|-----|
| 2.4.1 Consórcios Públicos que atuam com a finalidade de planejamento e apoio à prestação de serviços de saneamento por entidades autárquicas ou serviços autônomos de águas e esgotos ..... | 96  |
| 2.4.2 Consórcios Públicos multifinalitários que atuam em alguns componentes do saneamento .....   | 99  |
| 2.4.3 Consórcios Públicos que atuam apenas para a regulação do serviço de saneamento básico .....   | 101 |
| Capítulo 3 – Regime Jurídico dos Consórcios Públicos: instrumentos contratuais previstos em lei.....  | 103 |
| 3.1 Regras Gerais aplicáveis aos Consórcios Públicos no Brasil .....  | 103 |
| 3.2 Instrumentos jurídicos formativos (constituidores) dos Consórcios Públicos .....  | 113 |
| 3.2.1 Protocolo de Intenções.....   | 113 |
| 3.2.2 Contrato de Rateio .....  | 118 |
| 3.2.3 Contrato de Programa.....   | 122 |
| 3.3 A licitação e suas particularidades na contratação de Consórcios Públicos: licitação compartilhada e dispensa de licitação .....  | 124 |
| Capítulo 4 – O Modelo Gerencial de Administração Pública como Pressuposto para a Concretização da Prestação do Serviço Público de Saneamento Básico Eficiente .....                         | 131 |
| 4.1 Modelos de Gestão Administrativa no quadro jurídico-normativo brasileiro.....   | 132 |
| 4.1.1 Cultura Patrimonialista no Brasil como entrave à gestão eficiente dos Consórcios Públicos .....   | 137 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.1.2 Modelo Burocrático da Administração Pública brasileira limitante para a prestação de um serviço público de saneamento adequado: bloqueios ideológicos para uma gestão eficiente ..... | 142 |
| 4.1.3 Modelo Gerencial na Administração Pública brasileira: pressuposto para uma atuação eficiente dos Consórcios Públicos .....  | 161 |
| 4.1.4 Governança Administrativa como instrumento institucional de ampliação da eficiência e excelência da atividade administrativa na área de saneamento básico .....                       | 173 |
| 4.2 Interlocução entre Administração Pública e o Direito Privado na gestão dos Consórcios Públicos .....  | 186 |
| Capítulo 5 – O Conteúdo Jurídico do Princípio da Eficiência como Justiça Social na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....   | 193 |
| 5.1 O conteúdo jurídico do Princípio da Eficiência como justiça social.....   | 193 |
| 5.2 Princípio da Eficiência administrativa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....   | 220 |
| 5.2.1 ADI n. 1.842 – RJ .....   | 223 |
| 5.2.1.1 Voto do Ministro Relator – Maurício Corrêa .....  | 223 |
| 5.2.1.2 Voto do Ministro Joaquim Barbosa (Divergência) .....  | 225 |
| 5.2.1.3 Voto do Ministro Nelson Jobim (Divergência) .....   | 225 |
| 5.2.2 ADC MC 12 /DF e ADC 12/DF.....  | 227 |
| 5.2.2.1 Voto do Min. Relator – Carlos Ayres Britto .....  | 228 |
| 5.2.2.2 Votos dos demais ministros.....   | 230 |
| 5.2.2.3 Julgamento do Mérito.....   | 232 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.2.3 RE 579.951-1/RN (2008) .....   | 233 |
| 5.2.3.1 Voto do Relator (Ministro Ricardo Lewandowski) .....   | 233 |
| 5.2.3.2 Votos dos Demais ministros. Divergência e ajuste .....   | 235 |
| 5.2.4 ADI 3.386/DF (2011) .....  | 236 |
| 5.2.4.1 Voto da Ministra Relatora<br>(Ministra Cármen Lúcia) .....   | 237 |
| 5.2.4.2 Votos dos Demais Ministros. Decisão unânime.....   | 239 |
| 5.2.5 RE 631.240/MG (2014) .....   | 239 |
| 5.2.5.1 Voto do Ministro Relator (Ministro Luís Roberto Barroso)....   | 240 |
| 5.2.5.2 Votos dos demais Ministros. Divergência.....   | 241 |
| 5.2.6 ADI 1.923/DF (2015) .....  | 243 |
| 5.2.6.1 Análise dos Votos - Ministro Redator<br>para o Acórdão (Ministro Luiz Fux) .....                             | 244 |
| 5.2.6.2 O Princípio da Eficiência na ADI n. 1.923/DF .....   | 247 |
| 5.2.7 RE 837.311/PI (2015).....  | 248 |
| 5.2.7.1 O Princípio da Eficiência nos votos da Maioria –<br>Ministro Relator, Luiz Fux e Ministro Edson Fachin ..... | 248 |
| 5.2.7.2 A divergência – Voto condutor do<br>Ministro Luís Roberto Barroso .....                                      | 251 |
| 5.2.7.3 O Princípio da Eficiência no RE n.º 837.311/PI.....  | 252 |
| 5.2.8 ADI 2877/RJ .....  | 252 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.2.8.1 Votos dos Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa. (Relator e Divergência) .....   | 253 |
| 5.2.8.2 Votos que abordam o conteúdo do Princípio da Eficiência – Votos do Ministro Eros Grau e do Ministro Carlos Britto.....   | 254 |
| 5.2.8.3 O Princípio da Eficiência na ADI n.º 2.877/RJ .....  | 256 |
| 5.2.9 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 275/PB .....   | 256 |
| 5.2.9.1 Votos – Acórdão inteiro Teor ADPF n.º 275/PB – Ministro Relator – Ministro Alexandre de Moraes. (Voto condutor).....   | 257 |
| 5.2.9.2 O Princípio da Eficiência na ADPF n.º 275/PB.....  | 259 |
| 5.3 Principais considerações conclusivas sobre o conteúdo jurídico do Princípio da Eficiência administrativa como justiça social na jurisprudência do STF .....                  | 260 |
| Capítulo 6 – Os Consorcios Públicos Como Instrumentos de Execução das Políticas Nacionais de Saneamento Básico e de Concretização do Princípio Constitucional da Eficiência..... | 265 |
| 6.1 As Políticas Públicas como fomento de integração social e econômica na área do saneamento básico: investimento e protagonismo estatal nas ações de saneamento básico .....   | 265 |
| 6.1.1 Antecedentes ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)....   | 269 |
| 6.1.2 Instituição do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e consolidação do protagonismo estatal nas ações de saneamento .....   | 272 |
| 6.1.3 Os reflexos na prestação do serviço de saneamento básico com o advento da Constituição Federal de 1988 .....   | 275 |

|   |     |
|---|-----|
| 6.1.4 O problema da titularidade do serviço público<br>de saneamento no Brasil.....   | 280 |
| 6.2 Objetivos da Política Nacional de<br>Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos.....   | 290 |
| 6.2.1 Os Consórcios Públicos como instrumentos<br>eficientes de concretização dos objetivos da<br>Lei n. 11.445/2007 – Lei do Saneamento Básico .....                                   | 292 |
| 6.2.2 O Consórcio Público como instrumento eficiente de<br>concretização dos objetivos da Política Nacional<br>de Resíduos Sólidos - Lei n.º 12.305/2010 .....                          | 303 |
| 6.3 A atuação da Administração Pública na concretização do<br>Direito ao Saneamento Básico: a eficiência como Justiça Social.....   | 309 |
| 6.4 A cooperação dos entes consorciados como fator preponderante<br>para a prestação do serviço público adequado na área do<br>saneamento básico: a abordagem da Teoria dos Jogos ..... | 313 |
| Conclusões .....  | 323 |
| Notas de rodapé tabelas.....  | 335 |
| Referências .....   | 343 |